



CONTRATO Nº ____/2023
PAD 11999/2023

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO
CONTÍNUO, que entre si fazem o
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO
PARANÁ e a empresa
.....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº da Lei nº 14.133/2021 de 01/04/2021, e demais legislações pertinentes, em conformidade com edital de licitação do Pregão Eletrônico n.º/2023, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa, e em consonância com a proposta de preços vencedora, de um lado o:

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob n.º 03.985.113/0001-81, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Daniele Cristine Forneck Franzini, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa:

....., inscrita no CNPJ nº, com sede na cidade de/UF, Rua, nº, bairro, CEP:, telefone (....), (....) e-mail, neste ato representada por, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - Prestação de fornecimento contínuo, sob demanda, de placas de homenagem, placas de inauguração, molduras e “letras caixas”, para atender as necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

1.2 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições descritas no Edital de licitação, Termo de Referência - Anexo I e demais anexos, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

2.1 - Os serviços e demais condições deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no Termo de Referência.

sob uma previsão contratual de R\$ (.....), conforme a seguir especificado:

Item	Especificação	Unid. Med.	Qtde. Estimada	Valor Unitário	Valor Total
1	Moldura em alumínio anodizado preto, com 1cm de espessura, com vidros duplos, incolor, anti risco e anti-reflexo para acomodação de retratos, prêmios ou certificados. Tamanho: 1 x 36 x 31 cm SIASG: 396281	Unid	10		
2	Moldura em alumínio anodizado dourado, com 1cm de espessura, com vidros duplos, incolor, anti risco e anti-reflexo para acomodação de retratos, prêmios ou certificados. Tamanho: 1 x 36 x 31 cm SIASG: 396281	Unid	18		
3	Moldura em alumínio anodizado prateado com 1cm de espessura, com vidros duplos, incolor, anti risco e anti-reflexo para acomodação de retratos, prêmios ou certificados. Tamanho: 1 x 36 x 31 cm SIASG: 396281	Unid	15		
4	Moldura em alumínio anodizado preto, com 1cm de espessura, com vidros duplos, incolor, anti risco e anti-reflexo para acomodação de retratos, prêmios ou certificados. Tamanho: 1 x 52 x 40 cm SIASG: 245585	Unid	10		
5	Moldura em alumínio anodizado dourado, com 1cm de espessura, com vidros duplos, incolor, anti risco e anti-reflexo para acomodação de retratos, prêmios ou certificados. Tamanho: 1 x 52 x 40 cm SIASG: 245585	Unid	10		

6	<p>Moldura em alumínio anodizado prateado, com 1cm de espessura, com vidros duplos, incolor, anti risco e anti-reflexo para acomodação de retratos, prêmios ou certificados.</p> <p>Tamanho: 1 x 52 x 40 cm</p> <p>SIASG: 245585</p>	Unid	10		
7	<p>Plaquetas de identificação fotogravada em aço anodizado na cor dourada, com fixação por fita dupla face de boa qualidade (exemplo de marca/qualidade: 3M ou superior).</p> <p>O texto a ser inserido será informado à Contratada no momento do pedido</p> <p>Tamanho: 2 x 6 cm</p> <p>SIASG: 359630</p>	Unid	15		
8	<p>Plaquetas de identificação fotogravada em aço anodizado na cor prateada, com fixação por fita dupla face de boa qualidade (exemplo de marca/qualidade: 3M ou superior).</p> <p>O texto a ser inserido será informado à Contratada no momento do pedido.</p> <p>Tamanho: 2 x 6 cm</p> <p>SIASG: 359630</p>	Unid	15		
9	<p>Plaquetas de identificação fotogravada em aço anodizado na cor dourada, com fixação por fita dupla face de boa qualidade (exemplo de marca/qualidade: 3M ou superior).</p> <p>O texto a ser inserido será informado à Contratada no momento do pedido.</p> <p>Tamanho: 5 x 7 cm</p> <p>SIASG: 602407</p>	Unid	18		

10	<p>Plaquetas de identificação fotogravada em aço anodizado na cor prateada, com fixação por fita dupla face de boa qualidade (exemplo de marca/qualidade: 3M ou superior).</p> <p>O texto a ser inserido será informado à Contratada no momento do pedido.</p> <p>Tamanho: 5 x 7 cm</p> <p>SIASG: 602407</p>	Unid	15		
11	<p>Placa de homenagem em aço anodizado na cor prata (fotogravação textual na cor preta), fixada em base aveludada (na mesma cor do estojo) acondicionada em estojo em veludo na cor preto com fecho em aço.</p> <p>Tamanho da placa: 17x12 cm</p> <p>Tamanho do estojo em veludo: 19 x 14 cm</p> <p>SIASG: 304576</p>	Kit	15		
12	<p>Placa de homenagem em aço anodizado na cor dourada (fotogravação textual na cor preta), fixada em base aveludada (na mesma cor do estojo) acondicionada em estojo em veludo na cor preto com fecho em aço.</p> <p>Tamanho da placa: 17x12 cm</p> <p>Tamanho do estojo em veludo: 19 x 14 cm</p> <p>SIASG: 304576</p>	Kit	15		

13	<p>Placas de inauguração de obras públicas, reformas/ampliação de espaços, em aço anodizado com inscrição em baixo relevo, com brasão da república, devidamente instalada.</p> <p>Informações referentes ao texto, fonte, tamanho de letra e dimensões do brasão serão repassadas à contratada no momento do pedido.</p> <p>Tamanho: 80x50cm</p> <p>SIASG: 460929</p>	Unid	5		
14	<p>Placas de inauguração de obras públicas, reformas/ampliação de espaços, em aço anodizado com inscrição em baixo relevo, com brasão da república, devidamente instalada.</p> <p>Informações referentes ao texto, fonte, tamanho de letra e dimensões do brasão serão repassadas à contratada no momento do pedido.</p> <p>Tamanho: 1,20x40cm</p> <p>SIASG: 460929</p>	Unid	5		
15	<p>Letra caixa em aço inoxidável escovado, fonte arial, para identificação de locais, galerias, para atendimento de eventos. Com instalação.</p> <p>Liga 304 de 1mm</p> <p>Altura: 13 (treze) cm</p> <p>Espessura: 2 (dois) cm</p> <p>Profundidade: 3 (três) cm</p> <p>SIASG: 459129</p>	Unid	35		

16	Letra caixa em aço inoxidável, fonte arial para identificação de locais, galerias, para atendimento de eventos. Com instalação. Liga 304 de 1mm Altura: 6 (seis) cm Espessura: 2 (dois) cm Profundidade: 3 (três) cm SIASG: 459022	Unid	35		
17	Moldura de alumínio preta com <i>passepartout</i> de 3 cm na cor branca, vidro anti-reflexo e fundo em eucatex mdf Tamanho: 36 x 31cm SIASG: 396281	Unid	10		
VALOR TOTAL					

7.2 - Do documento fiscal e do pagamento:

7.2.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, e englobará todas as requisições realizadas dentro de determinado mês e cujas notas fiscais forem encaminhadas ao fiscal da contratação **até o 5º dia útil do mês** seguinte ao do fornecimento.

7.2.2 - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção, na fonte, de todo e qualquer tributo e contribuições sociais, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

7.3 - O documento deverá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao Gestor do contrato do TRE/PR por e-mail, no endereço domiciof@tre-pr.jus.br.

7.3.1 - A **Nota Fiscal deverá ser única**, contemplando todos os fornecimentos ocorridos em determinado mês.

7.4 - O CNPJ da Contratada deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

7.4.1 - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- CNPJ da Contratada;
- Data de emissão da nota fiscal;
- CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- Número do contrato e,
- Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

7.5 - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do fiscal da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

7.6 - Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: **até o 5º (quinto) dia útil** do mês seguinte a prestação dos serviços.

7.7 - Das Condições de Pagamento: O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os **seguintes prazos:**

7.7.1 - Prazo para atestado da Nota Fiscal: até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da nota fiscal pelos gestores deste TRE/PR.

7.7.2 - Prazo para pagamento da Nota Fiscal: até 10 (dez) dias úteis após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor

7.7.3 - Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, os prazos previstos nos itens 7.7.1 e 7.7.2 serão reduzidos para 5 (cinco) dias úteis.

7.8 - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será suspenso e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

7.9 - O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho e no edital, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 7.4.

7.9.1 - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

7.10 - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão do edital e/ou anexo (s).

7.11 - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.12 - Da correção monetária: na eventual ocorrência de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto e tenha procedido solicitação formal, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

7.13 - Da regularidade fiscal:

7.13.1 - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

7.13.1.1 - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

7.13.1.1.1 - Permanecendo a inadimplência poderá haver extinção contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo (s).

7.13.2 - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a)** por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
- b)** por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c)** por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

7.13.2.1 - As consultas de que tratam as alíneas acima serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTE

8.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contados da data do orçamento ocorrido em 19/09/2023 (doc. PAD 300529/2023).

8.2 - Após o interregno de um ano da data do orçamento, e independentemente de pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados anualmente, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1 - Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, caberá ao fiscal e ao gestor o acompanhamento dos serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência.

9.2 - Quanto ao **recebimento** do objeto, o fiscal obedecerá aos prazos e condições especificados no Termo de Referência.

9.3 - O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo CONTRATANTE, da conformidade no fornecimento, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

9.3.1 - A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

9.4 - O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário e estipulando prazo para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.5 - Persistindo a irregularidade, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo à Secretaria Administrativa- SECAD, devidamente instruído com todas as informações pertinentes, constante de formulário específico, anexando-se cópia dos e-mails ou ofícios enviados à CONTRATADA pelo fiscal da contratação, referentes aos inadimplementos, com os respectivos comprovantes de recebimento pela empresa;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

10.2 - Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.2.1 - Conforme o disposto no inciso I do item 10.2, as infrações serão consideradas:

I - leves: quando o inadimplemento ou falha contratual, apesar de causar transtorno à execução do contrato, não acarretar maiores consequências à sua continuidade.

II - médias: quando o inadimplemento ou falha causar impacto à execução do contrato, sem, no entanto, alterar sua continuidade nem sua finalidade.

III - graves: quando o inadimplemento ou falha causar impacto à execução do contrato, alterando sua continuidade.

IV - gravíssimas: quando o inadimplemento acarretar paralisação total da prestação dos serviços.

10.2.1.1 - São condutas de natureza LEVE, passíveis de advertência:

	Relação de descumprimentos
1	Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso;
2	Atraso em substituir o bem entregue em desacordo com as especificações e no prazo estabelecido;
3	Falta de retorno às comunicações do TRE;
4	Encaminhar nota fiscal em desacordo.

10.2.1.2 - A sanção de multa será aplicada ao responsável por quaisquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observando-se os seguintes parâmetros:

Graduação da sanção	Descumprimento	Dosimetria e a base de incidência
MÉDIA	a) Multa moratória pelo atraso na entrega do objeto, limitado a 20 (vinte) dias . a.1) Excepcionalmente, a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia, caso presente o interesse público, a Administração poderá aceitar a entrega do objeto ou item (ns) da contratação, sem prejuízo da incidência da multa prevista no item acima.	0,5% (meio por cento) ao dia , incidindo sobre o valor do(s) item (ns) em atraso.

GRAVE	b) Não observância das normas relativas à Lei nº. 13.709/2018 - LGPD, conforme Termo de Referência – Anexo I;	10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
GRAVE	b.1) Multa compensatória em razão de: I - fornecimento em desacordo com o solicitado; II - recusa em substituir o objeto quando constatado que não atende às características exigidas ou apresenta quaisquer defeitos. III – não substituição do (s) bem (ns) em desacordo com as especificações do Termo de Referência, no prazo de 10 (dez) dias da notificação da contratada. b.2) Atraso injustificado superior aos prazos estabelecidos nas alíneas “a” e “a.1”.	15% (quinze por cento), sobre o valor do (s) item (ns) solicitado (s).
GRAVÍSSIMA	c) Não entrega de quaisquer pedidos efetivados.	10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato
	Multa compensatória, pelo inadimplemento total, caracterizado pela não entrega de nenhum dos pedidos efetivados.	20% (vinte por cento), sobre o valor total do contrato

10.2.1.3 - Será aplicada a sanção de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, nos termos do §4º do Art. 156 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

a) inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração. Penalidade: impedimento pelo período de até 1 (um) ano;

b) inexecução total do contrato. Penalidade: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos;

c) retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado. Penalidade: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos;

10.2.1.4 - Será aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nos termos do §5º do Art. 156 da Lei 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos de:

a) apresentar documentação ou declaração falsa. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos;

b) praticar ato fraudulento. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da **contratação**. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos;

e) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12846, de 1º de agosto de 2013. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos.

f) inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos;

g) inexecução total do contrato. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro)

anos;

h) retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos.

10.3 - As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

10.4 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.5 - A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação

10.6 - A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

10.7 - As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1º, inciso I) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

10.8 - A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

10.8.1 - Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

10.9 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente conforme artigo 158, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

10.10 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10.11 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.12 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1 - Ficará o presente contrato extinto, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS

12.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas

federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1 - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR. para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

13.2 - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente contrato, em formato digital¹, para um só efeito legal.

Curitiba, de de 2023.

.....
Representante Legal
p/Contratada

Daniele Cristine Forneck Franzini
Diretora-Geral - TRE/PR
p/Contratante

¹ Excepcionalmente, poderá ser aceito outro formato.